

A JUVENTUDE E O GOLPE⁸

Marcos Alexandre Capellari⁹

RESUMO

Este artigo foi escrito no primeiro semestre de 2018, por ocasião do curso “O golpe de 2016 e o futuro da democracia” (IFSP). Ele tem como objetivo discutir os papéis desempenhados pela juventude durante o período que culminou no golpe de Estado de 2016. Para tanto, reflete sobre a construção do imaginário relativo à “juventude” a partir da década de 1960. Além disso, discute os papéis desempenhados pelos demais agentes sociais nos eventos que desencadearam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Para tanto, considera as análises de autores que escreveram sobre o tema e a documentação disponível. A hipótese proposta é a de que o comportamento da juventude não foi uniforme, mas que as ações de alguns de seus grupos ajudaram a criar as condições para o golpe.

Palavras-chave: Juventude no Brasil; Jornadas de Junho; Impeachment de Dilma Rousseff; Golpe de Estado de 2016.

Introdução

Distanciamento temporal não é condição, mas recomendável na produção historiográfica. Documentos mantidos em sigilo e testemunhos emudecidos pelas forças em atrito são obstáculos para análises cuidadosas de determinados eventos no período de sua eclosão. Interesses ocultos muitas vezes são revelados apenas ao longo dos anos e décadas seguintes, quando a poeira já baixou. Só então determinadas narrativas se tornam dominantes, o que não invalida narrativas rivais. O tema é polêmico entre historiadores. No entanto, segundo Ciro Flamarion Cardoso,

As razões invocadas no passado contra a prática da História Imediata – em especial, que é preciso deixar passar algum tempo para que esfriem as paixões e se possa ser ‘imparcial’; ou que a documentação necessária em parte não esteja acessível para o passado imediato devido a ‘razões de Estado’ – refletiam uma História que acreditava no mito da imparcialidade e dava importância exagerada ou, mais exatamente, unilateral à documentação e às temáticas *políticas* (estatais, militares, diplomáticas); de qualquer modo, limitada ou não por segredos estatais, a documentação sobre o passado imediato é infinitamente mais rica e variada do que aquela de que podemos dispor, por exemplo, para *qualquer* período ou assunto de História Antiga, Medieval ou Moderna! (CARDOSO, [201-?]).

⁸ Texto referente à aula ministrada no curso de extensão “O golpe de 2016 e o futuro da democracia”, oferecido pelo IFSP em 2018.

⁹ Doutor em História Social/FFLCH-USP, Professor EBTT/IFSP, Campus Salto.

É preciso enfatizar que a produção historiográfica, a exemplo da própria história vivida, é espaço de disputa entre atores sociais com interesses antagônicos. Historiadores, assim como os demais sujeitos históricos, ocupam “lugares” diferentes no interior do espectro social e sua interpretação dos fenômenos é matizada pela teoria e metodologia adotadas, bem como pela sua visão de mundo.

Ou seja, a historiografia jamais é neutra, mesmo quando produzida com “distanciamento temporal” (CERTEAU, 1982, p. 65-77).

Em relação ao recente afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república, e ainda que não haja longo distanciamento temporal, existem duas narrativas em disputa.

A primeira delas considera legítimo o *impeachment* ocorrido em agosto de 2016. O impedimento, previsto na Constituição de 1988 para crimes de reponsabilidade, teria ocorrido de acordo com os ritos exigidos pela lei. Ou seja, segundo essa narrativa, todas as etapas do processo que tramitou no Congresso Nacional com respaldo do Supremo Tribunal Federal atenderam à legislação pertinente, não havendo, portanto, nenhum atentado à democracia. A narrativa em questão foi avalizada por parte dos formadores de opinião, principalmente dos grandes veículos de comunicação de massa (mídia). Houve, igualmente, apoio do empresariado, representado por entidades patronais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e por uma parcela da população, principalmente de segmentos da classe média tradicionalmente hostil a governos de esquerda.

Adotada nesta discussão, a segunda narrativa entende o *impeachment* referido como golpe de Estado. Considera a acusação, o processo e a sentença como atos de violência contra a vontade popular, isto é, contra a democracia, uma vez que destituiu a presidente eleita pela maioria da população.

Entende que a acusação de crime de responsabilidade, baseada na questão das “pedaladas fiscais”, não tinha sustentação (MARQUES, 2016; ROSÁRIO, 2015), sendo uma artimanha jurídica que, uma vez encenada pelo Congresso com a cumplicidade tácita do Supremo Tribunal Federal (MIOLA, 2016; SERRANO, 2016), foi avalizada pela mídia corporativa de modo a estabelecer um “clima” para a destituição de Dilma Rousseff. Entende, igualmente, que a difusa acusação de “corrupção no governo” não atingia a figura da presidente, ao passo que boa parte dos congressistas favoráveis ao *impeachment* tinha alguma pendência com a justiça. (MATSUKI, 2016).

Em suma, o golpe parlamentar, com apoio do judiciário e da grande mídia, atendeu a interesses contrários aos expressos pela vontade popular, na medida em que, uma vez consumado, o governo golpista estabeleceu uma agenda de medidas contrárias às estabelecidas pelo projeto de governo vitorioso na última eleição.

Ao contrário da primeira, esta narrativa é avalizada por boa parte de veículos de comunicação independentes (mídia alternativa), por intelectuais e artistas de esquerda, pelos movimentos sociais e pela parcela da população, de vários segmentos sociais, alinhada ao projeto de inclusão social defendido pelo governo deposto.

Em se tratando de evento recente, não há aqui a pretensão de estabelecer conclusões a respeito da temática. Somando-se à segunda narrativa, a qual é sustentada por análises de diversos autores (JINKINGS, 2016; MATTOS, 2016; SOUZA, 2016) e por reflexões e debates formais e informais, seu objetivo é contribuir para o entendimento do papel da juventude ao longo do processo que desencadeou o golpe de 2016.

A juventude brasileira

O termo “juventude” compreende múltiplos significados, variando segundo o enfoque empregado. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por exemplo, considera “jovens” os indivíduos entre 15 e 24 anos de idade. No entanto, entende que, em áreas rurais ou de extrema pobreza, o critério é outro, entre 10 e 14 anos; ao passo que, em regiões urbanizadas e de classe média, vai dos 15 aos 29 anos. (UNESCO, 2004).

Ou seja, o critério etário é insuficiente para definir “juventude”, sendo levados em consideração, neste caso, aspectos socioculturais. No Brasil, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segue os critérios gerais da UNESCO (de 15 a 24 anos), o Estatuto da Juventude (EJ) considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade. (GROPPO, 2000; LEVI, 1996 e PÁMPOLS, 2004).

Muito embora costumeiramente seja entendida como uma fase entre a puberdade e a vida adulta, juventude é um período da vida humana que varia de acordo com a condição social, o período histórico e a cultura.

A despeito de sua imprecisão conceitual, quando aplicado à história social e política contemporânea o termo constituiu-se como representação social (MOSCOVICI, 2003) importante, sobretudo a partir da construção, desde a segunda metade do século

XX, de um imaginário a seu respeito, com base nas denominadas “rebeliões juvenis” da década de 1960.

Segundo Eric Hobsbawm, tais “rebeliões” estariam associadas à “revolução educacional” decorrente do intenso crescimento econômico ocorrido ao longo do primeiro período da Guerra Fria, denominado por ele “era de ouro do capitalismo”. O crescimento econômico capitalista deveu-se, entre outras razões, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à internacionalização do capital, gerando, mesmo em países periféricos, o declínio do campesinato e o crescimento de ocupações urbanas, entre elas as “que exigiam educação secundária e superior”. (HOBSBAWM, 2005, p. 289).

Esse crescimento se fez acompanhar da ampliação dos estratos médios da sociedade e, conseqüentemente, do número de jovens com acesso aos estudos, não só nos países ricos, como também nos países socialistas e no Terceiro Mundo.

A relação entre esse fenômeno e as rebeliões juvenis é apontada pelos estudiosos, pois foram precisamente os núcleos estudantis os focos de vários movimentos, motivados pela insatisfação com a organização universitária tradicional e com o *modus vivendi* ocidental, em suma, pelo anseio de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais (CAPELLARI, 2007, p. 15-6).

Ou seja, se até então a participação política dos jovens esteve associada a objetivos partidários, à esquerda ou à direita¹⁰, ela passou a representar interesses etários, isto é, relacionados à própria juventude enquanto grupo social. Sexo, família, loucura, espiritualidade, entre outros aspectos do cotidiano, passaram a frequentar a pauta dos debates ao lado da política, da economia e da sociedade, fazendo transbordar os conflitos da esfera privada para a pública.

Nesse contexto, uma parcela significativa da juventude passou a viver os novos ideais, rompendo com os costumes tradicionais e aderindo a um estilo de vida “descolado” e em oposição à cultura ocidental, baseada na disciplina e na repressão. Rebelando-se contra a denominada “sociedade disciplinar” (STEPHENS, 1998, p. 23), vários movimentos explodiram no interior de universidades de vários países. (CAPELLARI, 2007 e 2016; GARCIA, 1999; MARTINS, 2004; MATOS, 1989)

¹⁰ A participação da juventude em partidos de direita e de esquerda, bem como a organização de entidades estudantis, como a UNE no Brasil, antecede o fenômeno aqui discutido, qual seja, a construção de um imaginário a respeito de um novo grupo social, a “juventude”.

Ao longo dessa década, nos EUA e em outros países de onde se difundiram, movimentos de jovens defendiam os direitos civis de negros, de mulheres e de homossexuais, se opondo ao Estado repressor, à família patriarcal, ao sistema fabril e de consumo, ao racismo e a outros elementos da civilização ocidental. Protagonizada pela juventude, estava em curso a denominada “revolução cultural”, que acabou ficando conhecida na época como “contracultura” (CAPELLARI 2007, 2016; MARCUSE, 1978; ROSZAK, 1972).

No Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE), posta na ilegalidade desde 09/11/1964 com a Lei 4.464 (lei Suplicy), atuava clandestinamente. No final da década, porém, a repressão política desencadeada pelo golpe de 1964 atingiu patamares de terrorismo de Estado. Em outubro de 1968 a polícia invadiu o sítio Murundu, em Ibiúna, local escolhido pelos estudantes para o trigésimo congresso da UNE, e prendeu seus principais líderes. Dois meses depois, com a edição do AI-5 e o recuo da sociedade civil na luta pacífica contra a ditadura, os estudantes ficaram isolados. Parte de seus membros acabou se engajando na luta armada (GORENDER, 2003), ao passo que outros mergulharam na contracultura. Em forte conflito com os valores defendidos pelos conservadores, essa parcela da juventude adotou um estilo de vida no qual a rebeldia, o amor livre e o uso de drogas psicotrópicas ganharam destaque. (CAPELLARI, 2007, 2016).

Seu comportamento, assim como a resistência dos jovens engajados politicamente, acabou ajudando a construir um imaginário a respeito dessa geração que não corresponde integralmente à realidade. Segundo Alfredo Syrkis,

Na verdade, foi uma geração, como eu gosto de dizer, que se trifurcou, no Brasil. Uma parte dela, após o AI-5, quando a ditadura se transformou em ditadura total, foi para a luta armada, para a clandestinidade; outra parte resolveu ir fundo na questão da contracultura, procurando criar um universo à parte, em que fosse possível viver: foram as comunidades rurais, o uso de drogas, sobretudo das alucinógenas, como o LSD. As pessoas passaram a viver juntas em comunidade, pequenas famílias, tentando não ler jornal, sair daquela realidade, sair daquele bode, como se dizia na época. Foram as pessoas que se tornaram hippies. E houve um terceiro segmento daquela geração, que acabou rapidamente se integrando àquilo que o sistema oferecia. (SYRKIS, 1999, p.112).

Além da divisão apontada pelo autor, é preciso considerar que a juventude aludida era composta principalmente por indivíduos de classe média, isto é, de jovens que podiam protelar seu ingresso no mercado de trabalho pelo menos até o final dos estudos.

E quanto à maioria, os jovens trabalhadores do campo e da cidade?

Há estudos sobre a participação social e política dos trabalhadores, mas a lacuna a respeito dos posicionamentos de seu segmento juvenil inviabiliza, por ora, inferências a respeito. Ou seja, as pesquisas atuais não oferecem subsídio para desenhar um quadro fiel da juventude em toda a sua dimensão.

No entanto, com base nas posições assumidas pela sociedade como um todo, pode-se depreender que as posições e a visão de mundo da juventude eram igualmente heterogêneas, tanto no tocante aos assuntos políticos como aos comportamentais.

Mesmo assim, a ideia de uma juventude politizada, resistente, rebelde ou, pelo menos, progressista acabou se consolidando no imaginário social como marca da geração dos anos de chumbo. Nesse aspecto, a indústria cultural contribuiu muito, ao difundir, muitas vezes de forma romântica, as lutas e os comportamentos contestatórios de parcela dos jovens de classe média como se fosse o perfil da geração como um todo (CAPELLARI, 2007).

Esse imaginário ganharia novas tonalidades no início da década de 1990 com o advento dos “caras pintadas”, como ficaram conhecidos os jovens que, com os rostos pintados de verde, amarelo e preto, tomaram as ruas de várias cidades durante o processo que levou ao afastamento do então presidente Fernando Collor de Mello, em dezembro de 1992. “Coincidentemente”, em agosto desse ano era exibida pela Rede Globo de Televisão a série “Anos rebeldes”, que abordava de forma romanceada a atuação da juventude durante os anos de chumbo.

A cobertura da imprensa acabou se encarregando de destacar as diferenças entre os dois movimentos: ao contrário dos jovens da década de 1960, que abraçaram a utopia revolucionária, o movimento dos “caras pintadas” estava focado apenas no resgate ético na política. Ou seja, os ideais de transformação radical da sociedade, presentes na mentalidade juvenil no período da Guerra Fria e de ditadura civil-militar brasileira, não fariam parte do perfil dessa geração.

É preciso lembrar que a construção desse novo imaginário deu-se em período marcado, de um lado, pela derrocada do socialismo no leste europeu e na URSS e, de outro, pela globalização financeira e conseqüente enfraquecimento do Estado, sob os auspícios do ideário neoliberal. No interior dessa “nova ordem”, a juventude representaria uma espécie de repositório ético da sociedade, disposta a se levantar, de forma comportada, contra os desmandos eventualmente cometidos pelos políticos.

A breve análise do perfil da juventude nos dois períodos históricos abordados revela o quão impreciso é o termo, mesmo quando aplicado a gerações específicas. A rigor, o perfil da geração de 1990 é tão heterogêneo quanto o da geração de 1960, sendo enfatizada, na construção desses imaginários, a participação de segmentos da juventude e não da geração como um todo. Neste último caso, inclusive, é enfatizado apenas um de seus aspectos: seu repúdio à corrupção presente no Estado.

Com o novo contexto geopolítico e nacional desse período, de implantação de agendas econômicas neoliberais e de ataque aos sindicatos, os movimentos sociais se enfraqueceram e a participação política da “juventude” brasileira foi igualmente tímida.

Ela voltaria a ganhar as páginas dos jornais em 2013, com as denominadas “jornadas de junho”, fenômeno que ajudaria a compor o enredo que desencadeou o golpe de 2016.

A fim de entender o papel da juventude envolvida nesse enredo, é preciso ordenar os eventos que desencadearam o golpe.

O cenário do golpe

Mesmo com o crescimento pífio da economia no ano de 2012 (0,9 do PIB), pesquisa realizada pelo CNI/Ibope em março de 2013 indicava que o governo era aprovado por 63% da população, sendo que a aprovação pessoal da presidente girava em torno de 79% (CAMPANERUT, 2013).

Sua popularidade estava relacionada à continuidade das políticas de inclusão social adotadas pelo Partido dos Trabalhadores desde o governo de Luís Inácio Lula da Silva. A despeito do início da crise econômica, o baixo índice de desemprego (5,5%), a política de valorização do salário mínimo e as demais políticas de inclusão social mantinham estável a confiança gozada pelo governo junto à população.

No entanto, a partir de junho as pesquisas passaram a indicar queda acelerada de sua aprovação. Pesquisa Datafolha publicada em 29/06/2013 apontava queda de 27% no espaço de tempo de apenas três semanas (POPULARIDADE..., 2013). Ou seja, logo após as “jornadas de junho”.

Os índices de aprovação oscilariam daí em diante ao sabor das conjunturas. Por exemplo, no início da Copa do Mundo de 2014 a aprovação subiu de 34% para 38% (FERNANDES, 2014), chegando a 52% (HAUBERT, 2014) logo após a vitória sobre o adversário Aécio Neves nas eleições desse ano.

Esse índice, contudo, voltaria a despencar de forma acentuada nos meses seguintes, caindo para 13% em abril (APROVAÇÃO..., 2015) e para 9% em dezembro de 2015 (MATOSO, 2015). Esse patamar, cuja contrapartida era cerca de 70% de reprovação, se estabilizaria até o *impeachment*, em 31 de agosto de 2016.

A queda na popularidade de Dilma Rousseff está associada, de um lado, à crise econômica desse período e, de outro, à cobertura dada pela mídia à Operação Lava Jato e às manifestações de oposição, em grande medida relacionadas às denúncias de corrupção no governo. Segundo diversos analistas, a Operação Lava Jato agiu de forma seletiva. Em associação com a mídia, promoveu deliberadamente o desgaste político do governo e do PT. (JINKINGS, 2016; MATTOS, 2016; SOUZA, 2016).

Ao contrário do primeiro mandato, que registrou grande popularidade nos primeiros anos, no segundo predominou altíssima impopularidade, fato que alimentou as expectativas golpistas, realizadas com a abertura do processo de *impeachment* pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015. Em maio do ano seguinte o Senado também aprovaria a abertura do processo, afastando Dilma Rousseff até a votação que definiu o impedimento, em 31 de agosto de 2016.

Com a cassação de seu mandato, o novo governo intensificou o desmonte de políticas econômicas e sociais implantadas ao longo do governo petista, lançando em outubro o projeto “Uma ponte para o futuro”, cujos objetivos eram, segundo Leonardo Boff:

[...] reduzir o Estado, arrochar salários, liquidar com a política de valorização do salário, cortar gastos com os programas sociais, privatizar empresas estatais, especialmente o Pré-Sal, desvincular despesas obrigatórias da saúde e da educação, reduzir ao mínimo tudo o que tem a ver com a cultura, direitos humanos, mulheres e minorias. (BOFF, 2016).

No dia 30 de novembro de 2016, isto é, três meses após o *impeachment*, o presidente Michel Temer sancionou o projeto de lei 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB), que destituiu a Petrobrás da condição de operadora única dos campos do Pré-sal, favorecendo as grandes corporações petrolíferas internacionais.

Outras medidas, de iniciativa do governo ou do Congresso, como a Emenda Constitucional 95, que limita por vinte anos os gastos públicos (aprovada em dezembro de 2016); a nova lei da terceirização (13.429/2017) e a reforma trabalhista (13.467/2017), respectivamente de março e de julho de 2017; o projeto de lei referente à reforma da previdência (PEC 287/2016) e a portaria presidencial de outubro desse ano, que redefiniu

trabalho escravo, entre outras medidas e projetos conservadores, indicam a motivação econômica e social do golpe parlamentar: o aprofundamento da agenda neoliberal em benefício da classe dominante, com a consequente redução de direitos sociais. Além disso, outras propostas, que ferem diretamente as conquistas relacionadas aos direitos civis das denominadas “minorias”, já defendidas antes do golpe pela bancada conservadora do Congresso Nacional, ganharam força.

Na análise do sociólogo Jessé de Souza, o golpe foi planejado e executado pelo consórcio de quatro forças: o grupo dos “endinheirados” (a classe economicamente dominante), a “mídia venal” (os grandes veículos de comunicação de massa), o “complexo jurídico-policial do Estado” (Polícia, Ministério Público e Justiça Federal, que, segundo ele, agiram de forma seletiva nas investigações e “vazamentos” de informações sigilosas) e o “congresso reacionário” (representantes de vários partidos de direita, principalmente os integrantes das três bancadas suprapartidárias conhecidas como BBB, bancadas da bala, do boi e da Bíblia e, principalmente, o PSDB, partido derrotado na última eleição e seus aliados). (SOUZA, 2016).

Interesses econômicos internacionais, sobretudo os relacionados à questão do Pré-sal, também são aventados por outros autores. A esse respeito, o episódio de espionagem da Petrobrás e de Dilma Rousseff pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA) é um dos indícios, apontado por vários analistas, de interesses estadunidenses na tecnologia e petróleo brasileiros e também na questão do BRICs (PETROBRAS..., 2013). Por outro lado, coube a segmentos da classe média tradicionalmente hostil a governos de esquerda a base social de apoio. (JINKINGS, 2016; MATTOS, 2016, e SOUZA, 2016).

A juventude e o golpe

Voltando ao tema central da discussão, é preciso considerar que a juventude, assim como a sociedade mais ampla, não representou apenas um papel no enredo que culminou no golpe. Os motivos que levaram parte da população a se manifestar ao longo desse período são muitos, assim como os atores sociais.

À massa de apoiadores do *impeachment*, composta a partir de março de 2015 principalmente por pessoas da classe média e cujo principal símbolo nas manifestações foi o uso de patos amarelos gigantes e de camisas da seleção brasileira, se opôs outro grupo, composto por pessoas ligadas a vários movimentos sociais de esquerda que,

mesmo tendo críticas à política econômica então adotada pelo governo, denunciavam a tentativa de *impeachment* como sendo golpe de Estado.

Antes, porém, que ficasse nítido o fosso que dividia a sociedade, é preciso lembrar como tudo começou; e tudo começou com as manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo.¹¹

Protagonizados por jovens, os protestos dos dias 6, 7, 11 e 13 de junho tinham como pauta a democratização dos transportes públicos, sendo dirigidos contra governos locais. No caso de São Paulo, o governo municipal, petista, e o governo estadual, psdbista. Contrários ao aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus, de metrô e de trens urbanos, geraram forte repressão policial apoiada pela mídia, que caracterizou o movimento como vandalismo. (ALVES, 2014; LOCATELLI, 2013).

Até então, e em oposição às opiniões da grande mídia, intelectuais de esquerda eram em geral favoráveis aos protestos, enxergando neles a retomada de movimentos sociais legítimos contra os “donos do poder” (SECCO, 2013). Giovanni Alves, por exemplo, caracterizou o movimento como:

[...] a revolta do precariado, camada social da classe do proletariado constituída por jovens altamente escolarizados desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias (a pesquisa DataFolha de 21 de junho de 2013, constatou que a maioria dos manifestantes – 63% – têm entre 21 e 35 anos; e 78% têm ensino superior). Deste modo, o conceito de precariado possui um nítido recorte geracional e uma candente inserção de classe. (ALVES, 2013).

No entanto, o quadro descrito se alterou rapidamente, e de forma definitiva, nos protestos que se seguiram aos do dia 17. Com o crescimento do movimento, que passou a incluir milhares de pessoas, principalmente de classe média, a questão dos transportes acabaria ficando em segundo plano, ganhando destaque a PEC 37¹², os gastos públicos na Copa das Confederações e na Copa do Mundo (JENNINGS, 2014) e, principalmente, o repúdio à corrupção.

¹¹ O Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens (Fórum de Lutas) do Rio de Janeiro, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte e o movimento Revolta do Busão (#RevoltadoBusão), em Natal, entre outros, também organizaram manifestações contra o aumento das tarifas em outras cidades do país.

¹² O projeto de emenda à Constituição pretendia incluir a apuração de investigações criminais como atividade privativa da [polícia judiciária](#), recebendo oposição de entidades de classe do Ministério Público. Muito embora a OAB (ordem dos Advogados do Brasil) e a Associação dos Delegados de Polícia Federal defendessem a PEC, o então procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o então [Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa](#), foram contrários à sua aprovação. Os que eram contrários à aprovação, a denominavam “PEC da impunidade”.

Ocorria nesse momento o que Jessé de Souza denominou “federalização dos protestos” (SOUZA, 2016). Giovanni Alves registra essa passagem em artigo publicado no dia 24/06/2013:

Na verdade, num segundo momento da onda de protestos, deslumbrados pela projeção midiática, e interpelados pela mídia liberal-conservadora, frações da “classe média” brasileira se inseriram nas manifestações de massa. O partido dos *mass media* (rede de TVs e grandes jornais), verdadeiros intelectuais orgânicos da burguesia financeira hegemônica, se articularam e passaram a pautar o protesto de rua com o apoio entusiasmado da “classe média” conservadora. Utilizando seu poder ideológico, os *mass-media* esterilizaram o movimento social do precariado, obnubilando seu caráter de classe radical e seu apoio nas representações dos partidos políticos de esquerda. A revolta do precariado tornou-se mero movimento patriótico de ocupação das ruas com uma pauta reivindicatória difusa baseada no combate à corrupção possuindo, deste modo, nítido caráter de oposição de direita ao governo Dilma. (ALVES, 2013).

Isto é, além de ganharem dimensão nacional, eles passaram a ser dirigidos contra o governo federal. Segundo vários estudiosos, a mudança de postura da mídia, de hostil para amigável, revela seu objetivo de minar a confiança da população no governo petista e, assim, desenhar um horizonte favorável à sua destituição pelas urnas na eleição de 2014 ou, em caso de insucesso, por intermédio de um golpe, como acabou ocorrendo em 2016.

61

Ainda que os protestos da juventude no início de junho tenham servido como ensaio das manifestações posteriores, com intenso apelo golpista, não se pode imputar aos integrantes do MPL tais objetivos nesse momento.

O mesmo não é possível dizer do Movimento Brasil Livre (MBL) e de movimentos congêneres, como os “Revoltados Online” e o movimento “Vem Pra Rua”, que passaram a atuar com grande intensidade desde fins de 2014.

O MBL era composto por jovens que se autodefiniam partidários. Desde 2016 sabe-se, contudo, de sua ligação com políticos dos quais recebiam apoio financeiro para suas campanhas a favor do impeachment (LOPES, 2016). O MBL se apresentou como uma das vozes da direita e da extrema-direita no país, utilizando-se das redes sociais para “convocar” a população para manifestações contrárias ao governo Dilma Rousseff, principalmente a partir de março de 2015.

Estes e outros jovens de direita a eles alinhados, além de reivindicarem a queda do governo, se notabilizariam nos anos seguintes pela defesa de pautas neoliberais e pelo ataque a direitos conquistados pelos movimentos sociais durante o governo petista. Defensores do projeto “Escola sem partido” (PL867/2015), cujo objetivo é limitar a

liberdade de expressão de professores nas escolas, utilizam-se principalmente das redes sociais para divulgarem suas ideias, por meio das quais evidenciam uma ética duvidosa, considerada por muitos autores como fascista.

Enquanto o MPL (Movimento Passe Livre) reivindicava a democratização nos transportes públicos, o MBL (Movimento Brasil Livre) se organizou como uma frente claramente voltada para dar legitimidade, a partir das ruas, ao projeto de derrubada do governo, ferindo de morte a democracia.

As ruas, contudo, também foram tomadas por movimentos críticos em relação ao governo federal, mas que se opunham ao golpe que se anunciava. Grupos rivais disputavam espaços públicos, muitas vezes de forma hostil. Os termos “cozinha”, para se referir aos golpistas, e “petralhas” ou “mortadelas”, para se referir aos que defendiam a legitimidade do governo eleito, se tornaram uma marca da divisão ideológica pela qual a sociedade brasileira passou a exibir.

No interior desse conflito, que se estende de 2013 à atualidade, a juventude também se encontra dividida. Contrários aos grupos de direita referidos, jovens democratas e de esquerda resistem ao desmonte de conquistas sociais, lutando em defesa da escola pública de qualidade e dos direitos de “minorias”, sendo um bom exemplo de resistência as ocupações por jovens estudantes secundaristas, em outubro de 2016, de cerca de mil escolas no país contra a “reforma do ensino” e a PEC241 (BENITES, 2016).

Ou seja, nem os jovens do MPL nem, muito menos, os do MBL, são representativos da juventude como um todo. A juventude, da mesma forma que a sociedade mais ampla, é dividida por interesses de classe, os quais são distintos e muitas vezes antagônicos. (JINKINGS, 2016).

Considerações finais

Parte da juventude brasileira dos anos 1960 se engajou na luta armada contra a ditadura ou adotou a “recusa” contracultural. Muito embora tenha exercido um papel importante na história política e cultural do período, ela não é, contudo, representativa de toda a juventude da época.

Mesmo assim, no período posterior foi construído um imaginário homogeneizante a seu respeito. O mesmo se deu no início da década de 1990 com os jovens que exerceram papel relevante no desenrolar do processo que desencadeou o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Em ambos os períodos, as representações da

juventude que ficaram para a posteridade de certa forma camuflam as diferenças existentes em seu seio.

A fim de evitar simplismo idêntico, à guisa de conclusão pode-se afirmar que não houve um, mas vários papéis representados pela juventude nos eventos que desencadearam o golpe de 2016. Da mesma forma que grupos de jovens protagonizaram movimentos eminentemente golpistas, houve movimentos de resistência em várias frentes, revelando interesses e ideários distintos em seu meio.

Muito embora o termo “juventude” tenha ganhado *status* de categoria social, é preciso considerar que, assim como em outras categorias, nela estão presentes diversas contradições sociais: de classe, étnico-raciais, de orientação sexual, religiosa, etc.

Não obstante o cuidado aqui tomado em relação a esse aspecto, não se pode negar que, assim como nos eventos políticos e sociais dos anos 1960, 1970 e 1990, os papéis representados pela juventude desde 2013 foram fundamentais no processo que desencadeou o golpe de Estado de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Amanda (Org.). **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Liga, 2014.

ALVES, Giovanni. A revolta do precariado no Brasil. [s.l.]: **blogdaboitempo**, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em: 20/05/2018.

APROVAÇÃO de Dilma para de cair, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**, 11 abr. 2015. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615423-aprovacao-de-dilma-para-de-cair-mostra-datafolha.shtml?loggedpaywa>. Acesso em: 13/05/2018.

BENITES, Afonso; ROSSI, Marina. Apresentado às pressas, plano de Temer para Ensino Médio acende debates entre especialistas. [s.l.]: **brasil.elpaís**, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/22/politica/1474579671_242939.html. Acesso em: 03/06/2018.

BOFF, Leonardo. Golpe de 1964 e de 2016: a mesma natureza de classe. [s.l.]: **leonardoboff.com**, 05 set. 2016. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2016/09/05/golpe-de-1964-e-golpe-de-2016-a-mesma-natureza-de-classe/>. Acesso em 13/05/2018.

CAMPANERUTI, Camila. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. [s.l.]: uol, 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>. Acesso em: 13/05/2018.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. *Conservadorismo e contracultura*. In: POLLI, José Renato; VARES, Sidnei Ferreira de (orgs.). **Democracia em tempos de conservadorismo**. Jundiaí: Editora In House, 2016.

_____. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground** através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970). São Paulo, 2007. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História Antiga, Medieval ou Moderna! [s.l.]: **tudosiméhistória**. Disponível em: <https://tudosimehistoria.blogspot.com/2011/11/entrevista.html>. Acesso em 27/05/2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERNANDES, Ketlyn. Aprovação de Dilma avança 4% durante a Copa do Mundo, aponta Datafolha. **Jornal Opção**, edição 2034, 03 jul. 2014. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/aprovacao-de-dilma-rousseff-avanca-4-durante-copa-mundo-aponta-datafolha-8884/>. Acesso em: 13/05/2018.

GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Rebeldes e contestadores: 1968: Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

64

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: Ensaio sobre sociologia e histórias das juventudes modernas**. RJ: Difel, 2000.

HAUBERT, Mariana. Aprovação do governo Dilma sobe para 52% após eleições. **Folha de São Paulo**, 17 dez. 2014. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1563584-aprovacao-do-governo-dilma-sobe-para-52-apos-eleicoes.shtml>. Acesso em: 13/05/2018.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991**. 2. ed., 30. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016 (Tinta vermelha).

KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. In: **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, P.7-17. 1996.

LOCATELLI, Piero. **#Vem pra rua**: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. [s.l.]: **uol**, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 20/05/2018.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARQUES, Rafael da Silva. **A denúncia do processo de impeachment é uma fraude jurídica evidente, mas mascarada**. [s.l.]: **Justificando**, 2016. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/04/25/a-denuncia-do-processo-de-impeachment-e-uma-fraude-juridica-evidente-mas-mascarada/>. Acesso em: 27/05/2018.

MARTINS, Luciano. **A “geração AI-5” e Maio de 68**: duas manifestações intransitivas. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MATOS, Olgária C.F. **Paris 1968**: as barricadas do desejo. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATOSO, Filipe. Governo Dilma tem aprovação de 9% e reprovação de 70%, diz Ibope. **Globo.com**, 15 dez. 2015. Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>. Acesso em: 13/05/2018.

MATSUKI, Edgard. Cerca de 60% dos deputados que julgaram Dilma têm pendências na justiça. [s.l.]: **ebc**, 2016. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/04/cerca-60-dos-deputados-federais-que-julgaram-dilma-tem-pendencias-na>. Acesso em: 27/05/2018.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Orgs.). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MIOLA, Jeferson. Decisões tardias ajudam a entender o papel do STF no golpe. [s.l.]: **cartamaior**, 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Decisoes-tardias-ajudam-a-entender-o-papel-do-STF-no-golpe/4/36280>. Acesso em: 27/05/2018.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PÀMPOLS, Carlos Feixa. A construção histórica de Juventude. In: CACCIA-BAVA, A. (Orgs). **Jovens na América Latina**. SP: Escrituras Editora, 2004.

PETROBRAS também foi espionada pelos EUA. [s.l.]: **cartacapital**, 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/petrobras-tambem-foi-espionada-pelos-eua-9881/>. Acesso em: 13/05/2018.

POPULARIDADE de Dilma cai 27 pontos após protestos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2013. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml> Acesso em: 13/05/2018.

ROSÁRIO, Miguel do. Não adianta mentir: golpe é golpe. [s.l.]: **ocafezinho**, 2015. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2015/07/16/nao-adianta-mentir-golpe-e-golpe/>. Acesso em: 27/05/2018.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

SECCO, Lincoln. Anatomia do movimento Passe Livre. [s.l.]: **viomundo**, 2013. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/lincoln-secco-anatomia-do-passe-livre.html>. Acesso em: 20/05/2018.

SERRANO, Pedro Estevam. O impeachment e o papel do STF. [s.l.]: **cartacapital**, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-impeachment-e-o-papel-do-stf/>. Acesso em: 27/05/2018.

STEPHENS, Julie. **Anti-disciplinary protest**: sixties radicalism and postmodernism. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SYRKIS, Alfredo. *Os paradoxos de 1968*. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Rebeldes e contestadores**: 1968: Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas Públicas de/ para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.